



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(s/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

APARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJAÍ – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidão – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlik: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de política educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCEnte NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCEnte EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): **Pierre André Garcia Pires**)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): **Regina Coeli Machado e Silva**)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): **Rosane Castilho**)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): **Silvio Carlos dos Santos**).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): **Sorinéia Goede**).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): **Tarcio Leal Pereira**).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): **Thais Weiller**).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): **Wanirley Pedroso Guelfi**).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): **Camila Itikawa Gimenes**).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): **Adriana Márcia Prado de Araújo et alii**).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): **Patrícia Santos Fonseca et alii**).

AValiação em LARGA ESCALA: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): **Rivanda dos Santos Nogueira et alii**).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): **Cláudio Renato Moraes da Silva**).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): **Domiciane Araújo Azevedo**).

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguay e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Bettega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo institucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Lorena Dantas Abrami¹
Vanusa Marques²
Igor Fabian de Goes Lopes³
Reidy Rolim de Moura⁴

RESUMO

Este artigo pretende realizar uma reflexão sobre a economia solidária como possibilidade de enfrentamento à vulnerabilidade social. A discussão terá como embasamento empírico o trabalho que vem sendo realizado pela IESOL, juntamente ao grupo de catadores da região atendida pelo CRAS Santa Luzia em Ponta Grossa desde 2010, até o presente ano (2012). Para esta discussão faz-se uso de referenciais teóricos específicos e parte-se das observações e documentos produzidos até o momento. Destaca-se ao final que a economia solidária é uma forma de fortalecimento no enfrentamento as condições de vulnerabilidade social, aliada ao trabalho conjunto com o CRAS – Centro de Referência em Assistência Social que preconiza uma nova forma da Política de Assistência Social no Brasil e neste caso específico em Ponta Grossa, tendo como regras básicas os princípios da Economia Solidária e o preceito da Tecnologia Social como forma de busca de inclusão social. É justamente esta combinação que tem trazido resultados positivos, como a conquista de espaço para trabalho, benefícios sociais adequados com a necessidade real das famílias incubadas, fortalecimento de posturas críticas e emancipatórias nos sujeitos envolvidos nas ações.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral discutir como a economia solidária fortalece o enfrentamento à vulnerabilidade social a partir do trabalho realizado com a ARSol – Associação dos Recicladores Solidários. Como objetivo específico pretende-se discutir sobre a fragilização do trabalho na sociedade atual; refletir sobre a atuação do Estado frente ao desemprego, assim como sobre a economia solidária como alternativa e a história da consolidação desta no Brasil e por fim abordar sobre a proposta da economia solidária: autogestão, acesso a financiamentos, sujeitos coletivos e tecnologia social.

A discussão terá como embasamento empírico o trabalho que vem sendo realizado pela IESOL, juntamente ao grupo de catadores da região atendida pelo CRAS Santa Luzia em Ponta Grossa.

¹ Graduanda do curso de Serviço Social, estagiária da IESol. lorenadantasabrami@gmail.com

² Graduanda do curso de Serviço Social, estagiária da IESol. nunuzapg@hotmail.com

³ Graduando do curso de Engenharia de Materiais, estagiário da IESol. ifgl@ig.com.br

⁴ Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da UEPG; Coordenadora e supervisora da IESOL. rrmoura@uepg.br



A IESol – Incubadora de Empreendimentos Solidários é um programa pertencente a Pró Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi criada oficialmente em setembro de 2005, sendo este ano também considerado o um novo momento da Economia Solidária no Brasil, onde a Universidade torna um espaço para essa prática e sua discussão. Cabe destacar que em 28 de maio de 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada e vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a função de coordenar atividades de Economia Solidária dando um grande passo para que a Economia Solidária seja vista enquanto política pública e reconhecida pelo Estado.

A IESol surge com a finalidade de criar alternativas de trabalho e renda através do empreendimento solidário, que tem como alguns princípios a autogestão, o associativismo, cooperativismo, a solidariedade e a sustentabilidade ambiental.

A ação da IESol se concretiza na assessoria, fortalecimento e solidificação de grupos incubados visando a geração de renda. Esses grupos são formados por pessoas que estão fora do mercado de trabalho formal tanto da zona rural quanto da zona urbana que se organizam através de associações, grupo de artesãos e também possui um grupo incubado do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). As atividades realizadas vão desde formação sobre Economia Solidária até a prática do cotidiano desses grupos. Um dos empreendimentos de economia solidária da IESol, é a Associação de Recicladores Solidários (ARSol), que reúne recicladores da região atendida pelo CRAS Santa Luzia, próximo ao bairro Bonsucesso.

O grupo que atualmente se reconhece enquanto Associação de Recicladores Solidários (ARSol) procurou no início de 2010 o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Santa Luzia com o intuito de se organizar enquanto Associação ou Cooperativa. A equipe técnica do CRAS primeiramente procurou a Universidade Estadual de Ponta Grossa, através do projeto de extensão intitulado: “Direitos Sociais, Educação Ambiental e Organização Comunitária” do Departamento de Serviço Social, e estes, contataram a IESol para a realização de uma Incubação com o grupo. Cabe destacar que “O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias.” (PNAS p. 29, 2004).

Com relação ao trabalho que vem sendo realizado com os catadores do CRAS Santa Luzia, a perspectiva metodológica de intervenção que vem se utilizando em todos os momentos é



(...) proposta metodológica de educação em direitos humanos, de perspectiva crítica, transformadora ou qualquer outra palavra que se poderia proferir aqui, necessita essencialmente levar em conta a vida cotidiana da comunidade, sendo que para transformar a realidade se faz necessário trabalhar o cotidiano em toda a sua complexidade. (MOURA, et al, 2011)

Esta forma de trabalho exige a vigência de práticas educativas participativas e dialógicas, que trabalhem a relação prática-teoria-prática na qual o cotidiano educativo esteja impregnado da vivência dos direitos humanos. Nela está prevista a construção de um plano de para formação na perspectiva da economia solidária, enfatizando o trabalho enquanto coletividade e para autogestão, com o uso de materiais de extrema facilidade de compreensão, incluindo dinâmicas e vivências que levem em conta o saber da comunidade. (MOURA, et al, 2011).

Desde 2010 as seguintes ações foram realizadas podem ser destacas como resultados: formação da Associação de Recicladores Solidários (ARSol); aprovação do Estatuto através de Assembléia; Processo eleitoral para a gestão da Associação; consolidação do grupo que permaneceu do começo das articulações até o presente ano em 22 associados; foram realizadas mediações para local de separação do material (barracão) e a poder público municipal disponibilizou em junho de 2012 um barracão para uso da associação; realizou-se atividades de formação sobre: Economia Solidária e seus princípios, noções de política, participação, controle social e autogestão.

A partir desse trabalho percebeu-se que o grupo se desenvolveu conforme as etapas de criação da associação e da participação nas atividades de formação produzindo opiniões, uma prática mais propositiva, interação e uma melhor relação entre o próprio grupo.

Diante dos trabalhos que já foram realizados com o grupo junto ao CRAS Santa Luzia, e considerando as avaliações e discussões entre a equipe da IESol, entende-se que é de extrema importância discutir e ressaltar neste artigo a economia solidária como forma de trabalhar com grupos vulneráveis e nesta direção que seguem os itens abaixo.

A fragilização do trabalho na atualidade

A Classe Trabalhadora é considerada o conjunto de pessoas que geram renda apenas sobre o seu próprio trabalho, eles podem estar divididos entre os que possuem os próprios meios de produção e os que não possuem e vendem sua força de trabalho,



apesar de serem dois perfis distintos, eles possuem muitas semelhanças, representam grande parte da população, pois vivem do seu próprio trabalho e geram sua renda unicamente dele, o que dificulta num processo de enriquecimento desses trabalhadores e podem sofrer dos mesmos problemas recorrentes da má qualidade ou ausência de serviços públicos principalmente em bairros distantes (periféricos), especulação imobiliária entre outros. Porém há distinções do trabalhador autônomo e o proletário, o autônomo via de regra vende e compra de grandes empresas e trabalha em ramos que a produção de pequena escala seja possível, o proletário vende sua força de trabalho.

Segundo Paul Singer nem todo assalariado é “proletário”. Por exemplo, empregadores contratam pessoas para administrar grandes empresas para não administrá-las pessoalmente, gerando assim, funcionários assalariados de empresas que subordinam o trabalho da classe trabalhadora, essa relação não se dá apenas através de suas funções, mas também por receberem salários maiores que os proletários

O Desemprego resulta de um processo de precarização e más condições geradas nas relações de trabalho, além de ser uma importante ferramenta para a oferta e demanda de mão-de-obra tendo por fim regular os valores salariais e a exploração e alienação do trabalhador.

Em relação ao desemprego, Barbosa destaca:

Em proporções bem diferentes, essa lógica social atinge o conjunto do sistema mundial, impondo limites à luta de classes que se processa no centro e na periferia capitalistas. Embora a intensidade do drama social e as maneiras de sobrevivência sejam distintas, os indicadores da União Européia, EUA e Japão revelam igualmente recuo da renda, direitos e proteção social. Nos locais em que as taxas de desemprego se mantiveram – sem aumentos espetaculares – aumentou a concentração de renda, o que confirma a perspectiva de acirramento da desigualdade social nessas inovações no processo de acumulação e sociabilidade capitalista do tempo presente. (BARBOSA, 2007 , p.41).

A acumulação do capital e a desigualdade social teve respaldo da precarização do emprego e o próprio desemprego gerando aumento dos rendimentos do capital. Mais um agravante apontado é em decorrência à um retardo desenvolvimento industrial de alguns países, impossibilitando a competição no mercado industrial internacional, encontrando como uma das soluções para igualar-se aos países há mais tempo industrializados maiores índices de pauperismo, desemprego e exploração do trabalho.



O trabalho assalariado é considerado o trabalho formal no sistema capitalista, existe desde a década de 1980 no Brasil um grande número de pessoas que não estão inseridas nessa forma de trabalho.

A informalidade não é mais transitória, como era considerada ao tomá-la como excedente de 'mão-de-obra' que, em épocas de crescimento, incorporava os contingentes remanescentes na formalização das relações de trabalho e, em períodos recessivos, constituía uma espécie de 'colchão amortecedor', que acolhia a mão-de-obra excedente, com a função de reduzir o custo do trabalho e da reprodução social para o capital. Agora, a luta de classes em favor da acumulação continua arbitrando a exploração do trabalho com o excedente advindo da informalização, mas com diminuto controle social e poder de barganha dos trabalhadores (BARBOSA, 2007, p. 45).

A exclusão social é intrínseca na sociedade capitalista, porém, ela se divide em alguns níveis, no caso mais extremo dessa exclusão encontra-se a também causada pela exclusão econômica e conseqüentemente é perdido vínculos e relações sociais ou familiares como é o caso dos sem-teto:

Os sem-teto são uma consequência da exclusão econômica, que ocorre quando a pessoa perde o seu emprego, esgota o seguro-desemprego e gasta suas economias na desesperada batalha para manter as aparências. Aqueles que não podem conseguir os recursos para possuir ou alugar uma moradia normal acabam nas ruas, perdendo desse modo qualquer possibilidade de 'manter-se em contato com o mundo' pelo correio, telefone e assim por diante. Se alguém deixa de ter endereço, segue-se daí uma exclusão social total como consequência da desvinculação social. (SINGER, 2008, p; 63)

Outra forma de exclusão social, mais vinculada aos direitos dos trabalhadores são as pessoas inseridas no trabalho informal, esse número de trabalhadores vem aumentando no Brasil desde a década de 1930 quando foi introduzida a legislação trabalhista, o trabalho informal é considerado um trabalho sem vínculo e benefícios através de legalização da documentação, ou seja, sem carteira de trabalho assinada e os direitos de um empregado não são preservados, nele pode-se inserir os terceirizados de empresas, que é o resultado da substituição de empregados permanentes por autônomos que fornecem seus serviços. O Trabalho informal ganha espaço na economia e crescentes números, enquanto o formal passa por um processo de encolhimento devido





aos altos valores de tributos e salários muitas vezes inviáveis para pequenos e microempresários contratarem funcionários formalmente.

De acordo com Singer o setor de emprego autônomo é composto predominantemente por: a) Explorações camponesas; b) unidades de comércio varejista; c) unidades de prestação de serviços; d) artesãos e indústrias domésticas; e) profissionais liberais; f) lumpenproletariado (mendigos, prostitutas, delinquentes) e os empregos autônomos eles prevalecem devido a remunerações inferiores ao mercado, pois muitos contratam familiares e não recebem salários formalmente, as características de empreendimentos de atividades monofatureiras ou artesanais autônomas domiciliares diminuem as cargas tributárias exigidas em comparação à produtos industrializados reduzindo o valor final do produto que garantem preços competitivos para o mercado, o volume de produção das economias autônomas proporciona amenizar ou isentar as tributações que permeiam os moldes da economia vigente. Apesar dessas afirmações nem sempre os sujeitos do setor autônomo recebem rendas inferiores, existem situações em que os autônomos podem não só ter uma renda elevada como prestígio profissional na concepção do sistema capitalista vigente.

A exclusão social também pode causar vulnerabilidade aos sujeitos inseridos e/ou suas famílias, segundo Carla Carneiro:

Vulnerabilidade refere-se, em sociedades monetarizadas, à pobreza entendida como insuficiência de renda. A ausência ou insuficiência de renda constitui um fator de extrema vulnerabilidade em um contexto de economia de mercado, estado essa condição diretamente ligada à qualidade da inserção dos indivíduos no mundo do trabalho. (CARNEIRO, 2005, p. 66)

A vulnerabilidade torna-se mais enraizada e grave quando não há políticas públicas e sociais ou uma rede de serviços públicos deficientes o que resulta em uma ausência na rede de proteção social do sujeito em vulnerabilidade, não proporcionando acesso à serviços básicos que tem por objetivo suprir o mínimo para a sobrevivência ou qualidade de vida desses sujeitos.

Atuação do Estado frente ao desemprego

Antes do capitalismo não se tinha um perfil na sociedade e no Estado de privilegiar as forças do mercado, e a própria sociedade assumia responsabilidades sociais através de filantropia, assistencialismo, caridade privada com o objetivo de punir e acabar com a



vadiagem e manter uma “ordem” social. Já no sistema capitalista a força de trabalho tem seu valor de uso e troca, essa visão gera uma lógica a qual o homem é visto unicamente como mercadoria e sofre um processo de exploração por outros homens que determinam as relações de poder – empregador sobre o empregado- causando também uma alienação recorrente do assalariamento e as relações de consumo advindas dele e assim surgem a Questão Social e suas expressões, devido ao conflito entre capital e trabalho gerando novas relações, aumentando a desigualdade social, a exclusão e vulnerabilidade dos sujeitos.

Para os Liberais o Estado deve ser neutro e apenas intervir para equilibrar as relações sociais garantindo a liberdade individual, a propriedade privada e o livre mercado, as políticas sociais devem ser apenas um paliativo.

Fica evidente, assim, que a débil intervenção do Estado na garantia de direitos sócias sob o capitalismo liberal não emanou de uma natureza pré-definida do Estado, mas foi criada e defendida deliberadamente pelos liberais, numa disputa política forte com os chamados reformadores sociais. Para aqueles, o Estado não devia intervir na regulação das relações de trabalho nem deveria se preocupar com o atendimento das necessidades sociais. Mas, paradoxalmente, podia e devia agir firmemente para garantir os interesses liberais de estabelecimento do mercado livre na sociedade civil [...]. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 61 apud LUX 1993)

Porém as políticas públicas e sociais ganham um pouco mais de espaço frente ao Estado devido às pressões da sociedade civil organizada, através das lutas por melhorias na qualidade de vida e cobrança de uma postura mais eficaz e consolidada do Estado à sociedade, marcado principalmente por períodos pós-guerra ou de crises econômicas grandes, onde o alarde e a recorrente vulnerabilidade permeiam à sociedade.

As soluções capitalistas frente ao principal agravante da vulnerabilidade, o desemprego é normalmente acatada pelo Estado e se resumem a realizar treinamentos e cursos profissionalizantes, porém a qualificação não gera maior número de emprego, afinal eles não dependem da oferta de mão-de-obra e sim do crescimento do mercado, outra forma encontrada é o financiamento caso o trabalhador tenha interesse de montar seu próprio negócio.

O alto grau de fracasso de pequenas empresas não é fatal, no entanto. Para cada pequena empresa que consegue um lugar no mercado, há um acréscimo correspondente da demanda, representado pela renda que a pequena empresa



gera e faz com que seja gasta. Em outras palavras, se pequenas empresas criadas por desempregados tivessem desde o início eficiência e clientela que as viabilizassem, a sua atividade geraria uma demanda adicional de mesmo valor que a oferta adicional de mercadorias que elas suscitam. A economia sofreria uma expansão sem risco de superprodução, a não ser que as novas pequenas empresas se concentrassem em apenas um ou poucos ramos. (SINGER, 2008, p. 120)

Esse fracasso está relacionado também por razão de que essas pequenas empresas estão inseridas na lógica capitalista, onde os principais fatores que se esperam dela são a eficiência, a competitividade e o lucro. Além do poder das decisões sobre o rumo dessa pequena empresa fica na mão de quem possui o capital.

No Brasil, houve uma marco na história da previdência social, por meio ao projeto do Deputado Eloy Chaves deu-se a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), segundo Behring e Boschetti em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, juntamente o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo de saúde, o sistema público de previdência social começou com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) que aumentam nos anos 30, o primeiro IAP foi criado em 1933, gerando assim uma rede de saúde pública vinculada a previdência da IAP.

Com a criação da Constituição de 1937 surgiu a necessidade de reconhecer os trabalhadores e por fim, através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) promulgada em 1943 se deu um avanço a legalização e regulamentação dos trabalhadores. Em 1953 os Ministérios de Saúde e da Educação foram separados e a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e da previdência rural só foram aprovadas em 1960 e 1963.

Final de março de 1964 foi dado o Golpe Militar e a Ditadura se instaurou no país, nesse período o PCB apresentava um projeto nacional desenvolvimentista através das reformas de base, onde continha Políticas Sociais do qual foi repreendida pela força militar.

Com a Constituição de 1988 que foi um marco na história do país, pois foi o processo de redemocratização e a Constituição ao ser escrita contou com a participação da sociedade civil, passa-se por um novo momento para o país.

Após esse breve histórico sobre o Brasil desde a década de 1930 até a redemocratização do país que é um momento marcante e que o Brasil está inserido ainda hoje, dá-se início e abertura para tratar da posição do Estado mais recentemente, não só relacionado aos direitos dos trabalhadores formalizados, mas também ressaltar a



importância de outras políticas públicas e sociais que envolvem a distribuição de renda, a assistência social e proteção básica.

Contudo, o Estado inserido no sistema capitalista vive contradições, numa perspectiva da qual existe a preocupação e uma atuação para a sociedade, ou seja, a classe trabalhadora, visando assim um equilíbrio no mercado econômico interno e outra que visa a esfera neoliberal, com interesses para além de suas fronteiras e com a exploração do mercado de trabalho tomando proporções maiores de poder que o próprio Estado.

Assim é que surge a economia solidária que vem sendo discutida e experimentada no Brasil e que “É basicamente uma nova experimentação, cujo sentido para os atores é determinante dos rumos que irá tomar, seja na registro pragmatico de respostas a necessidades, seja na razão projetiva que os pode conduzir a novos horizontes. (GAIGER, 2004, p.14). Segundo o autor:

Aqui revela-se o papel de fundamental da experiência como fonte de aprendizado, da formulação de soluções e caminhos, posto que não há hábitos culturais estabelecidos, respostas previas, tecnologias à mão, sistemas de apoio e tudo mais, validados e difundidos. Entretanto, a razão mais profunda para evocarmos a experiência diz respeito ao fato de que tais tentativas de resistir ao despotismo do capital, de insistir em humanizar a civilização, ocorrem no contexto de uma transição mundial complexa, que assusta ao parecer não ter fim, na qual há carência de estruturas sociais reconfortantes, de papéis sociais definidos e de um projeto de sociedade. (GAIGER, 2004, p.14).

No Brasil um dos pioneiros nessa discussão acerca do tema, conceitua a economia solidária:

É possível organizar a produção em grande escala sem ser pelo um molde do grande capital. Um exemplo clássico é a cooperativa de produção e de consumo. Mas há também experiências ainda mais coletivistas, como o movimento *kibutiziano* em Israel. De uma forma geral, é possível e necessário encontrar formas de quebrar o isolamento da pequena e microempresa e oferecer a elas possibilidades da cooperação e intercambio que aumentam suas probabilidades de êxito . O nome genérico que damos a esta nova forma de organização econômica é *Economia Solidária*. (SINGER, 2008, p. 131 e 132). (grifos do autor)



Para Singer é possível organizar um sistema econômico, sem ser coordenado pelo sistema capitalista, para ele a economia solidária é um modo de produção paralelo ao capitalismo, e que surge com o objetivo de cooperativas.

No Brasil contextualizou no final da década de 1980, quando setores do movimento sindical sentiram necessidade de lutar pelos postos de trabalhos dos milhares de trabalhadores que estavam perdendo seus empregos e que não estavam conseguindo se reinserir no mercado de trabalho, ou por aqueles que estavam na informalidade.

A economia solidária tem alguns princípios primordiais, são eles solidariedade, autogestão, autonomia, cooperativismo, entre outros. Economia solidária e autogestão são termos que estão intrinsecamente ligados.

Na economia solidária vem sendo discutido estratégias de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, formando assim cooperativas e associações.

As experiências de economia solidária surgem no cenário sócio-político do país através de articulações políticas e agenciamentos produtivos envolvendo organizações não governamentais, movimentos sociais, igrejas e sindicatos. Ainda antes da economia solidária ser adotada como política pública nacional já surgia como objeto de compromissos regionais de governos locais.

A dificuldade de acesso à tecnologia é uma das barreiras para a sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária. No mercado capitalista a tecnologia é usada como um meio de aumentar a produção das empresas e indústrias que tem acesso a ela, impondo condições desiguais de competitividade e substituindo a mão de obra humana em determinadas atividades. Essa visão faz com que a tecnologia acabe beneficiando apenas quem pode pagar por ela, criando barreiras de acesso para determinados segmentos sociais. Neste cenário destaca-se as ITCPs e a importância da “tecnologia social” que se refere a conjuntos de técnicas e procedimentos que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida, geralmente associados a formas de organização coletiva, como nos empreendimentos de economia solidária. Justamente sobre estas reflexões que se trata o item a seguir.

O auxílio da tecnologia social na inclusão de empreendimentos de economia solidária no mercado formal

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, como a IESol, são entidades de fomento que vem com a proposta de dar apoio incubando empreendimentos de grupos socialmente vulneráveis, auxiliando na sua estruturação



física e formação até que tenham condições de se inserir no mercado como núcleos de Economia Solidária. Assim, a visão de formação de um empreendimento dentro da Economia Solidária inclui não só os aspectos técnicos da produção e da administração, mas também os aspectos da formação autogestionária e social.

Essas ITCPs são em sua maioria ligadas a projetos de extensão de Universidades, sendo a IESol um programa de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, e existindo no Brasil uma Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Segundo Rosângela Barbosa, na tese de doutorado *“A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil”* (2005), os empreendimentos de grupos socialmente vulneráveis tem como algumas das dificuldades iniciais para se inserir no mercado a inexistência de capital acumulado e também a falta de oportunidades de acesso a sistemas de financiamento de bens, matérias primas e capital de giro. Os bancos sociais surgem nesse contexto com modalidades de financiamento voltadas para indivíduos ou coletivos impedidos de ascender ao sistema financeiro convencional, justamente por estarem desprovidos de renda e garantias econômico-jurídicas. (BARBOSA, 2005).

Um exemplo são as experiências de microcrédito, que surgiram como instrumentos para dinamizar economias de pequenas regiões, estimulando o desenvolvimento local, servindo tanto para inserir essas regiões no circuito financeiro convencional como para criar sistemas à parte para fortalecer a economia local.

As experiências de economia solidária surgem no cenário sócio-político do país através de articulações políticas e agenciamentos produtivos envolvendo organizações não governamentais, movimentos sociais, igrejas e sindicatos. Ainda antes da economia solidária ser adotada como política pública nacional, ela já surgia como objeto de compromissos regionais de governos locais. As ações de geração de trabalho e renda são um exemplo disso, com experiências concretas de apoio de ONGs ou organizações religiosas realizando capacitação de pessoas, assessoria, doação de recursos ou cessão de infraestrutura para apoiar associações e cooperativas populares.

Apesar dessas iniciativas de apoio, a dificuldade de acesso à tecnologia é uma das barreiras para a sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária. Como esses empreendimentos precisam coexistir com empresas convencionais no mercado, é necessária uma adequação das suas formas de produção e de desenvolvimento de produtos, para que tenham condições mínimas de igualdade que garantam sua manutenção no mercado frente aos empreendimentos convencionais. Para que a



economia solidária mantenha-se como uma opção para os consumidores, os empreendimentos solidários precisam no mínimo manter-se no mercado, disputando espaços que se não forem utilizados serão tomados por empresas convencionais.

Vários autores trazem discussões sobre como a tecnologia social pode atuar junto aos empreendimentos de economia solidária e cooperativas populares. Um deles é Renato Dagnino:

(...) se o empreendimento autogestionário não for competitivo (ou não tiver sustentabilidade) em relação ao grande capital, não vai conseguir constituir uma alternativa econômica, nem chegar a ser uma alternativa real de IS (inclusão social) para a população marginalizada. (DAGNINO, 2004, p.194)

No mercado capitalista a tecnologia é usada como um meio de aumentar a produção das empresas e indústrias que tem acesso a ela, mas impondo condições desiguais de competitividade e substituindo a mão de obra humana massivamente em determinadas atividades, contribuindo para o problema do desemprego. Não só isso, mas também o acesso restrito a essa “tecnologia convencional” (TC) na nossa sociedade acaba segregando pessoas e grupos sociais.

Segundo David Dickson (1978) em seu livro “Tecnologia Alternativa” a tecnologia atua em dois níveis: material e simbólico. No nível material a tecnologia convencional atende às necessidades dos grupos sociais dominantes nas sociedades onde são desenvolvidas. No nível simbólico a tecnologia serve como uma forma de apoiar e propagar a ideologia desse grupo social dominante.

No século XX predominou em nossa sociedade a visão de um determinismo tecnológico neutro, ou seja, tanto a ciência como a tecnologia eram vistas como ideologicamente neutras. De acordo com esse determinismo tecnológico neutro a ciência e a tecnologia deveriam ser desenvolvidas como um fim em si mesmo, independente de ideologias e até mesmo à parte de determinadas questões éticas e sociais.

Adeptos do determinismo tecnológico neutro defendiam que o desenvolvimento científico e tecnológico não servia a outras formas de poder, portanto não era responsável pelos problemas sociais decorrentes das formas como a ciência e a tecnologia eram usadas e difundidas.

Junto a isso temos a visão do desenvolvimento linear, que afirma que o desenvolvimento social está diretamente atrelado ao desenvolvimento tecnológico. Segundo esse pensamento, o nível de desenvolvimento tecnológico de uma sociedade é que determina a qualidade de vida de sua população e as soluções para seus problemas



sociais. Sendo assim, quanto mais uma sociedade dispusesse de recursos tecnológicos, mais soluções ela teria para seus problemas práticos, seguindo-se naturalmente o desenvolvimento econômico e consequentemente o desenvolvimento social.

Historicamente essa visão é bastante questionada, e mostra-se incoerente em certos momentos. A crítica de Dickson a essa visão determinista é bastante clara neste trecho:

A partir da Revolução Industrial, e particularmente durante os últimos cinquenta anos, passou a ser geralmente aceito o fato de que uma tecnologia em contínuo desenvolvimento é a única que oferece possibilidades realistas de progresso humano. O desenvolvimento tecnológico, que inicialmente consistiu na melhora das técnicas artesanais tradicionais, e que posteriormente se estendeu à aplicação do conhecimento abstrato aos problemas sociais, prometeu conduzir a sociedade pelo caminho que leva a um próspero e brilhante futuro. O desenvolvimento da tecnologia tem servido inclusive como indicador do progresso geral do desenvolvimento social, fazendo com que se tenda a julgar as sociedades como avançadas ou atrasadas segundo seu nível de sofisticação tecnológica. (DICKSON, 1978, apud DAGNINO, 2004, p.26)

No mesmo livro Dickson ainda critica a visão de desenvolvimento linear e a propagação dessa visão no modelo educacional:

A história da civilização, com sua visão unidimensional de progresso, implica que as sociedades podem ser consideradas primitivas ou avançadas segundo seu nível de desenvolvimento tecnológico. Essa interpretação encontra-se na base de quase todas as investigações culturais e antropológicas levadas a cabo até os primeiros anos de nosso século, e é ainda a mais utilizada para indicar níveis de “desenvolvimento” (também é a descrição mais popular nos livros de textos escolares, assegurando deste modo que essa interpretação seja mantida pelo sistema educacional). O modelo implícito de evolução social é baseado frequentemente no conceito de determinismo tecnológico, isto é, a ideia de que o desenvolvimento social se encontra determinado quase inteiramente pelo tipo de tecnologia que uma sociedade inventa, desenvolve, ou que nela é introduzido. (DICKSON, 1978, apud DAGNINO, 2004, p.26)

Essa crítica ao modelo educacional como propagador da ideia do desenvolvimento linear é fundamental, já que o sistema educacional é a base para a formação do pensamento crítico sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS).





A organização de profissionais que concebem a TC está imersa num ambiente político que a legitima e demanda. Porque trazem incorporados seus valores, reproduzem essa tecnologia. Aprendemos na escola de engenharia que, por exemplo, quanto maior a escala de um sistema tecnológico (ou, mais simplesmente, de uma tecnologia), mais eficiente ela será. O engenheiro, como também, em geral, os cientistas, é treinado, condicionado, a reproduzir esse padrão de expansão da fronteira do conhecimento. (DAGNINO, 2004, p.195)

Por todo esse processo histórico, a tecnologia convencional é utilizada pelo mercado capitalista de modo a beneficiar apenas quem pode pagar por ela, criando barreiras de acesso para determinados segmentos sociais.

Uma barreira de acesso à tecnologia pode ser prejudicial aos empreendimentos de forma geral no nosso modelo atual de cadeia produtiva. Isso porque para que um empreendimento possa se sustentar economicamente, ele precisa gerar renda a partir da sua produção ou serviço prestado, e as tecnologias atuam no sentido de aumentar o rendimento da produção ou melhorando a qualidade dos produtos e serviços, atraindo a preferência dos consumidores. Porém, as tecnologias convencionais normalmente são caras e exigem contratação de mão de obra técnica especializada, o que acarreta custos que nem sempre podem ser cobertos pelo rendimento do empreendimento.

Em especial, empreendimentos de grupos socialmente vulneráveis na maioria das vezes não dispõe de capital acumulado suficiente para realizar investimentos nessa tecnologia, o que leva a um baixo rendimento da produção, ou produtos e serviços de qualidade insuficiente, ou ainda alcance menor de atuação do empreendimento comparado a empreendimentos que dispõe de tecnologia. Isso não significa que o empreendimento com acesso limitado à tecnologia seja necessariamente inferior em todos os aspectos ao empreendimento com tecnologia de ponta, porém, leva a uma desigualdade muito grande em termos de geração de renda, que na maioria das vezes é causa de desestímulo e falência desses empreendimentos.

A utilização da TC implica uma condição de desvantagem inerente para o pequeno produtor e é quase um impedimento para a sustentabilidade (ou, usando o jargão da moda, competitividade) do empreendimento – quase por definição, pequeno – autogestionário. (DAGNINO, 2004, p.191)

Sendo assim, garantir o acesso à tecnologia a empreendimentos formados por grupos em vulnerabilidade é uma forma de colaborar para a sua permanência no



mercado, gerando renda para seus membros e dando meios para eles estabelecerem uma vida independente e digna.

Porém, cuidados especiais devem ser tomados para que essa tecnologia não acabe transformando o empreendimento em apenas mais um empreendimento convencional no mercado, sujeito à geração de mais desigualdade e segregação dentro do sistema capitalista. Por isso, em contraposição aos problemas consequentes dessa tecnologia convencional a economia solidária adota o modelo da tecnologia social.

O conceito de “tecnologia social” (TS) refere-se a conjuntos de técnicas e procedimentos tecnológicos que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida, geralmente associados a formas de organização coletiva, como nos empreendimentos de economia solidária.

As raízes da tecnologia social estão nos movimentos de independência da Índia no final do século XIX, quando pensadores e reformistas daquela sociedade queriam valorizar e reestabelecer os artesanatos e tecnologias locais praticadas nas aldeias como formas de resistência ao domínio cultural e imperialista da sociedade industrial britânica. Esse movimento deu origem ao que ficou conhecido no Ocidente como “tecnologia apropriada” (TA), no sentido de que ao contrário do aspecto dominador e impositivo que a tecnologia convencional tomava no contexto colonial, essa tecnologia proposta era apropriada pela comunidade local às necessidades e características da sociedade tradicional indiana.

Entre 1924 e 1927 Gandhi, líder do movimento de independência da Índia, elaborou programas visando à popularização da fiação manual em uma roca de fiar, chamada Charkha, reconhecida como o primeiro equipamento tecnologicamente apropriado. A popularização da Charkha era principalmente uma forma de lutar contra a injustiça social e o sistema de castas que perpetuava na Índia. (DAGNINO e BRANDÃO, 2004)

Essas iniciativas despertaram a consciência política de milhões de habitantes das vilas indianas sobre a necessidade de autodeterminação e de renovação da indústria nativa hindu, bastante marcada pela frase cunhada por Gandhi: “produção pelas massas, não produção em massa”.

As ideias de Gandhi foram levadas à República Popular da China e mais tarde influenciaram o economista alemão Ernst Friedrich Schumacher, considerado o introdutor da tecnologia social no mundo Ocidental através de seu livro *“Small is beautiful: economics as if people mattered”*, de 1973. Schumacher cunhou o termo “tecnologia intermediária” para descrever um conceito de tecnologia de baixo custo de capital,



produção em pequena escala, simplicidade e equilíbrio com o meio ambiente, e que por essas características, seria mais adequada aos países pobres.

Vários autores elaboraram denominações diferentes para descrever a tecnologia social, mas todas essas concepções diferenciam-se da chamada tecnologia convencional. Segundo Flávio Cruvinel Brandão:

Essas concepções, de alguma forma, tentam, na sua origem, diferenciar-se daquelas tecnologias consideradas de uso intensivo de capital e poupadoras de mão-de-obra, objetando-se ao processo de transferência massiva de tecnologia de grande escala, característico dos países desenvolvidos, para os países em desenvolvimento, que podem criar mais problemas do que resolvê-los. (BRANDÃO, 2001, p.13 apud BRANDÃO E DAGNINO, 2004, p.22)

Assim, consideramos tecnologias sociais aquelas que apresentam como características a participação coletiva nos processos de escolha da tecnologia, o baixo custo do produto ou serviço final, bem como dos investimentos necessários, a pequena ou média escala de produção, a simplicidade e os efeitos benéficos que sua utilização traz para a geração de renda, saúde, emprego, produção de alimentos, nutrição, habitação, relações sociais e meio ambiente. (DAGNINO e BRANDÃO, 2004)

Nesse contexto existem várias formas de se discutir a proposta das tecnologias sociais. Uma delas é como mecanismos que atuam para replicar as tecnologias existentes a grupos socialmente vulneráveis, através de políticas públicas, órgãos de fomento e assistência. Outra é através de desenvolvimento de técnicas e tecnologias adequadas às formas de produção autogestionárias e em acordo com a preservação do meio ambiente, como nos empreendimentos de economia solidária. (BARBOSA, 2005)

No Brasil a discussão sobre tecnologia social aparece na atualidade como um reflexo de movimentos como das Redes de Economia Solidária (RESs), Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), empresas recuperadas e empreendimentos autogestionários, que tem como possibilidade de integração a Rede de Tecnologia Social.

As tecnologias sociais não podem ser encaradas como conceitos estáticos e já desenvolvidos, ou soluções prontas que se cria em um lugar e se aplica em outro, mas sim como processos de construção social, que devem ser operacionalizados nas condições dadas no ambiente específico onde se aplicam. Por essa necessidade de adequação em cada ambiente e contexto social não se usa o termo “replicar” tecnologias



sociais, mas sim o termo “reaplicar”. (DAGNINO e BRANDÃO), (LASSANCE Jr. e PEDREIRA)

Assim, a chamada Adequação Sócio Técnica (AST) é um dos meios de se operacionalizar as tecnologias sociais, frente às tecnologias convencionais. Uma das origens do conceito da AST é a necessidade de criar um substrato cognitivo-tecnológico a partir do qual atividades não inseridas no circuito formal da economia poderão ganhar sustentabilidade e espaço crescente em relação às empresas convencionais. (DAGNINO, 2004)

Nesse sentido, a AST pode ser compreendida como um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita) não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

No contexto da preocupação com a TS, a AST teria por objetivo adequar a TC (e, inclusive, conceber alternativas) aplicando critérios suplementares aos técnico-econômicos usuais a processos de produção e circulação de bens e serviços em circuitos não-formais, situados em áreas rurais e urbanas (como as RESs) visando a otimizar suas implicações.

Entre os critérios que conformariam o novo código sociotécnico (alternativo ao código técnico-econômico convencional a partir do qual a TC seria desconstruída e reprojeta dando origem à TS), pode-se destacar além daqueles presentes no movimento da TA: a participação democrática no processo de trabalho, o atendimento a requisitos relativos ao meio ambiente (mediante, por exemplo, o aumento da vida útil das máquinas e equipamentos), à saúde dos trabalhadores e dos consumidores e à sua capacitação autogestionária. (DAGNINO E BRANDÃO, 2004)

Segundo Renato Dagnino:

A forma como se concebe ou projeta a tecnologia no capitalismo não leva em conta uma série de parâmetros. Não é só o meio ambiente que é reputado uma “externalidade”. Obrigar o trabalhador a fazer durante trinta anos uma tarefa repetitiva e insalubre, condenar milhões de pessoas (2 milhões só em São Paulo) ao desemprego, como não “custa” nada, não pode ser internalizado no cálculo técnico-econômico que as empresas usam para desenvolver tecnologia. (DAGNINO, 2004, p. 191)



Possibilitar o acesso de empreendimentos de economia solidária a tecnologias apropriadas aos seus contextos é uma forma de aumentar a geração de renda desses grupos e fortalecer a economia desses empreendimentos autogestionários, dando condições mais justas de competitividade com empreendimentos convencionais atuando no mercado formal. Segundo Jacqueline Rutkowsky e Sidney Lianza, no livro *“Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento”*, (2004):

O que se percebe, então, é a necessidade de desenvolver tecnologias e um conjunto de ferramentas de gestão e de produção que permita romper os limites técnicos dos empreendimentos solidários para, por exemplo, implementar inovações mais radicais – como o lançamento de novos produtos –, explorar novas oportunidades de mercado e aumentar a escala de produção, reduzir custos e melhorar a qualidade, ultrapassando a capacidade de somente criar inovações, que, às vezes, são desenvolvidas e são importantes para garantir uma posição no mercado, mas insuficientes para manter uma vantagem competitiva por longo tempo. (RUTKOWSKY e LIANZA, 2004, p. 177)

Um dos principais objetivos de adequar e difundir a tecnologia social em empreendimentos de economia solidária é dar condições de democratizar a tecnologia levando-a até os grupos em vulnerabilidade permitindo a eles gerar renda suficiente para que possam sobreviver, ao mesmo tempo proporcionando conforto e dignidade nas condições de trabalho dessas pessoas e comunidades, impactando o mínimo possível o meio ambiente e contribuindo para mantê-las fora da situação de vulnerabilidade social.

De acordo com Antonio E. Lassance Jr. e Juçara Santiago Pereira, no capítulo sobre *“Tecnologias Sociais e políticas públicas”* do livro *“A Tecnologia Social: uma ferramenta para o desenvolvimento”*, as tecnologias sociais estão disseminadas em diversas áreas, como saúde, segurança alimentar, educação, meio ambiente, abastecimento, saneamento, agricultura etc. No Brasil está presente em praticamente todas as regiões, porém a integração dessas ações é essencial para que a tecnologia social funcione como uma solução conjunta para políticas sustentáveis, através da articulação entre organizações da sociedade e áreas governamentais, o que de certa forma é dificultado por normalmente se tratarem de iniciativas de alcance local. (LASSANCE Jr. e PEDREIRA, 2004)

Como exemplos de tecnologias sociais que já funcionam em articulação com programas governamentais de combate à miséria e exclusão temos o caso da farinha multimistura, um complemento alimentar largamente utilizado no Brasil no combate à





desnutrição. A multimistura foi inserida em programas municipais e estaduais de segurança alimentar, através do trabalho de creches, entidades assistenciais e pastorais.

A montagem de cooperativas de catadores de lixo e a estruturação de projetos que se relacionam à limpeza urbana à implantação dos sistemas de coleta seletiva e à reciclagem de materiais também têm sido objeto de políticas em vários governos municipais e têm ganhado a forma de projeto nacional (por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). (LASSANCE Jr. e PEDREIRA, 2004)

A incubação da ARSol pela IESol é um caso onde além da formação em economia solidária e estruturação física do empreendimento, também prevê-se estudos de implantação de tecnologias sociais que possam aumentar a geração de renda da associação agregando valor ao material reciclável recebido pela associação e eliminando a dependência de atravessadores. As atividades de incubação envolvem a inclusão da ARSol como uma das associações de catadores cadastradas na prefeitura para receberem o material recolhido na coleta seletiva municipal. A formalização de uma associação e a estruturação de um barracão como sede física do empreendimento são itens exigidos pela legislação municipal para incluir essas catadoras no programa da prefeitura.

As associadas, como pessoas em vulnerabilidade, ainda enfrentam muitas dificuldades, mas uma vez sediadas em um barracão já dispõe de um espaço de trabalho adequado, protegido de intempéries, onde podem ser planejadas formas de trabalho em acordo com os princípios da ergonomia e segurança do trabalho. Além disso, com um espaço adequado para armazenar e separar o material, elimina-se a necessidade das associadas armazenarem o lixo nas próprias casas, dando melhores condições de higiene e saúde.

A partir de uma estrutura que possibilite a essas catadoras se beneficiarem da política municipal de resíduos sólidos, também facilita-se o acesso a recursos públicos para melhorias das condições de trabalho, principalmente a partir do momento em que o barracão estiver na rota da coleta seletiva da prefeitura. Atualmente as catadoras ainda exercem a atividade de “carrinheiras”, deslocando-se quilômetros todos os dias pelas ruas e rodovias da cidade, carregando centenas de quilos de lixo em carrinhos de mão, expostas às intempéries. Integrando-as a um plano municipal de resíduos sólidos e deixando essa coleta a serviço da prefeitura, elimina-se essa exposição a riscos e condições de trabalho extenuantes, concentrando o trabalho na separação e beneficiamento do lixo dentro do barracão.



Em meio a esse cenário, as tecnologias sociais mostram-se como formas de articular uma ampla rede de atores sociais, sendo necessárias para incluir grupos em vulnerabilidade de maneira digna e independente na cadeia produtiva, porém não são suficientes para esse fim, devendo vir acompanhadas de ações de acompanhamento social.

Os modelos de tecnologia social devem ser flexíveis para adaptarem-se aos diversos contextos em que forem reaplicados, porém devem seguir um certo padrão tecnológico. Esse padrão não precisa determinar necessariamente dispositivos e equipamentos, mas pode definir programas de formação e capacitação técnica, por exemplo.

Para tornarem-se viáveis e reaplicáveis, as tecnologias sociais geralmente passam por fases de criação, viabilidade técnica, viabilidade política e viabilidade social.

A criação pode ser a partir de conhecimentos e experiências populares, conhecimentos e pesquisas científicas, ou como combinação de ambos. A fase de análise de viabilidade técnica envolve estudos que definem um padrão tecnológico que permitem o reconhecimento acadêmico e a reaplicação dessa tecnologia. Na fase de viabilidade política a tecnologia social passa a ter visibilidade e pode ganhar apoio de políticas públicas, e na fase de viabilidade social é quando se analisa a possibilidade de reaplicar essa tecnologia em grandes grupos. Essas fases dependem da articulação entre governo, especialistas e organizações sociais.

No horizonte das políticas públicas, essas tecnologias podem perder espaço para projetos que não trazem tantos benefícios sociais e são até mais caros, mas que são propostas mais atraentes aos agentes econômicos que exercem influência sobre órgãos do governo, dirigentes, mídia etc. Por isso ter o amparo de recursos de programas de governo e o apoio de políticas públicas podem ser bons indicadores da força de uma determinada tecnologia social. No caso do Brasil, existe uma grande vantagem em ter essa discussão no âmbito da presidência da república, com envolvimento direto do Ministério da Ciência e Tecnologia. (LASSANCE Jr. e PEDREIRA, 2004)

Para que tecnologias sociais ganhem força nos circuitos burocráticos e administrativos e possam efetivamente chegar até grupos em vulnerabilidade social, é essencial o respaldo de parcerias institucionais que atestem sua importância social e também sua viabilidade técnica, como universidades, institutos de pesquisa, prefeituras e demais entidades. Muitas pesquisas tecnológicas geradas em universidades tornam-se tecnologias sociais ao serem adotadas por projetos sociais. Para isso, é essencial que os grupos e comunidades que adotam essas tecnologias tenham organização e capital social



suficiente para manter o uso dessa tecnologia de forma continuada e adequada. Esse é o trabalho realizado pelas ITCPs, como no caso da incubação da ARSol pela IESol.

Considerações finais

Neste artigo pretendeu-se refletir, a partir do trabalho que a IESOL vem realizando com a ARSOL – Associação dos Recicladores Solidários em Ponta Grossa-Pr, juntamente com os técnicos do CRAS Santa Luzia, como a economia solidária é uma forma de trabalhar em conjunto com outras políticas, como no caso específico aqui da Assistência Social, através dos CRAS, para dar condições de democratizar a tecnologia e levá-la até os grupos em vulnerabilidade, mas de maneira que proporcione conforto e dignidade às comunidades, impactando o mínimo possível o meio ambiente.

Reafirma-se assim que possibilitar o acesso de empreendimentos de economia solidária a tecnologias adequadas é uma forma de aumentar a geração de renda dessas pessoas e de dar condições mais justas de competitividade com empreendimentos convencionais atuando no mercado.

As ações de geração de trabalho e renda são um exemplo disso, com experiências concretas de instituições, como é o caso das Universidades, através das ITCPs, realizando capacitação de pessoas, assessoria, doação de recursos ou cessão de infraestrutura para apoiar associações e cooperativas populares.

Através dos resultados que se tem observado a partir das ações da IESOL e CRAS com as associadas e associados da ARSOL, pode-se defender enfim, que houve uma melhora significativa tanto nas condições de sobrevivência básicas, como acesso a alimentação, vestuário, saúde, escola, como na forma como estes sujeitos se auto reconhecem na sociedade, isso tudo principalmente a partir do momento que podemos observá-las com a cabeça erguida, questionando, argumentando, querendo participar das escolhas que se referem a associação, e principalmente, por estes sujeitos começarem a suas caminhada em busca de melhores condições de vidas para eles e para as futuras gerações, tanto em questões ambientais, como em questões sociais. Contudo, é sabido que se tem muito a que enfrentar e muito a conquistar ainda no trabalho que vem se desenvolvendo e que foi refletido neste artigo.



Referências

BARBOSA, Rosangela N. de C. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2007.

_____. **A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2005

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2)

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. **Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social**. (Serviço Social & Sociedade nº. 84 - Ano XXVI). São Paulo: Cortez, Novembro de 2005.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro. 2004

DAGNINO, Renato; BRANDÃO, Flávio C.. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro. 2004

GAIGER, Luiz Inácio Germany (Org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

JARDIM, Maria A. Chaves. **Entre a solidariedade e o risco: Sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009

LASSANCE Jr, Antonio E.; PEDREIRA, Juçara S.. Tecnologias Sociais e políticas públicas. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro. 2004

MOURA, R. R. de. Et al. A IESOL – Incubadora de Economia Solidária e a parceria com o CRAS – Centro de Referência em Assistência Social da região Santa Luzia em Ponta Grossa-PR: perspectivas de geração de renda e educação ambiental. In: III Congresso da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - Rede ITCPs e I Simpósio Internacional de extensão universitária em Economia Solidária, 2011, Porto Alegre. III Congresso Rede ITCPs. , 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1)

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional d Assistência Social. Brasília. Novembro de 2004. Disponível em <http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877.pdf> acesso em abril de 2012.

RUTKOWSKI, Jacqueline; LIANZA, Sidney. Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil, Rio de Janeiro. 2004



SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 7ª Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

SINGER, Paul. **A formação da Classe Operária**. 2ª Ed. São Paulo: Atual – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

SINGER, Paul. **Economia Política do Trabalho**: Elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: HUCITEC, 1977